



MOTOROLA

E. R. 001
ASSIMPI

**18ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
DA MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.**

CNPJ/MF nº 10.652.730/0001-20

NIRE 35.222.733.828

São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

Pelo presente instrumento, as partes abaixo:

1. **MOTOROLA SOLUTIONS, INC.**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 500 West Monroe Street, Chicago, 60661, Estado de Illinois, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.709.114/0001-29, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **William Cornetta**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade (RG) n. 28.861.256-5 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n. 274.240.938/60, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, com escritório profissional na Av. Avenida Magalhães de Castro, 4800, salas 81 e 82 (8.º Andar), Torre 3, Condomínio Cidade Jardim Corporate Center, Continental Tower, Butantã, CEP 05676-120, São Paulo/SP; e
2. **MOTOROLA SOLUTIONS INTERNATIONAL CAPITAL, LLC**, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, com sede em 500 West Monroe Street, Chicago, 60661, Estado de Illinois, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.804.371/0001-75, neste ato representada por seu bastante procurador, Sr. **William Cornetta**, acima qualificado;

únicas sócias da sociedade empresária limitada denominada **MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.** ("Sociedade"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, salas comerciais 81 e 82 (8.º Andar), Torre 3 do Condomínio



Cidade Jardim Corporate Center, Continental Tower, Butantã, CEP 05676-120, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.652.730/0001-20, com seu Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob NIRE 35.222.733.828, em sessão de 24 de setembro de 2008, e 16ª alteração do Contrato Social da Sociedade arquivada na JUCESP sob nº 513.161/17-0, em sessão de 17 de novembro de 2017, têm entre si justo e contratado, por mútuo e comum acordo, o que segue:

- I. As sócias decidem, de mútuo e comum acordo, abrir uma filial da Sociedade localizada no seguinte endereço: na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, lote 45, do desmembramento denominado Centro Comercial e Empresarial Jubran, na Avenida Piraiba, nº 296, Sala Motorola e Laboratório Motorola, CEP 06460-121, que exercerá as atividades de comércio atacadista, sendo atribuído a ela um capital em separado no valor de R\$ 100,00 (cem reais) para efeitos fiscais.
- II. Em vista da deliberação acima, o Artigo 3.º do Contrato Social da Sociedade é alterado e passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 3º" *A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, salas comerciais 81 e 82, Torre 3 do Condomínio Cidade Jardim Corporate Center, Continental Tower, Butantã, CEP 05676-120. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão de sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade.*

Parágrafo Único. *A Sociedade possui as seguintes filiais, com um capital em separado no valor de R\$100,00 (cem Reais) cada uma delas para efeitos fiscais: (i) na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Mercedes Benz, nº 170, Sala AM-3, Bairro Industrial, CEP 13054-750, com NIRE 35.903.881.275, e com CNPJ/MF sob o nº 10.652.730/0004-73, que conduz a atividade de comércio atacadista; (ii) na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rodovia*



MOTOROLA SOLUTIONS

Campinas-Monte-Mor, s/n, Km 12, Campus SCI – Área Motorola, Bairro Terra Preta, CEP 13188-129, com NIRE 35.903.964.618 e inscrita no CNPJ/MF 10.652.730/0005-54, que conduz a atividade de comércio varejista e atacadista, (iii) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida do Contorno, n.º 6.594, 16.º andar, Sala 1.617, no Bairro da Savassi, CEP 30110-044, que conduz as atividades de escritório administrativo, com NIRE 31902615926 e inscrita no CNPJ/MF 10.652.730/0006-35, (iv) na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, lote 45, do desmembramento denominado Centro Comercial e Empresarial Jubran, na Avenida Piraíba, n.º 296, Sala Motorola e Laboratório Motorola, CEP 06460-121, que exercerá as atividades de comércio atacadista”

- III. Por fim, decidem as sócias consolidar o Contrato Social da Sociedade, o qual, já refletindo as alterações acima, bem como outras julgadas necessárias, passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL DE MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.

DENOMINAÇÃO

Artigo 1º. A Sociedade denomina-se **MOTOROLA SOLUTIONS LTDA.**

OBJETO SOCIAL

Artigo 2º. A Sociedade tem por objeto social:



- a) o comércio atacadista e varejista, venda, arrendamento, aluguel, distribuição, exportação e importação de componentes eletrônicos e equipamentos de informática, de telefonia, comunicação e telecomunicação em geral, e de suprimentos para informática e automação incluindo centrais e estações telefônicas, seus acessórios e afins, computadores, produtos para rádios estacionários móveis, produtos para tele e rádio chamadas, produtos e sistemas para transmissão de processamento de dados, sistemas de informação, produtos para computadores para as indústrias automotiva e eletrônica industrial, produtos e sistemas para satélites de comunicação e outros produtos e sistemas eletrônicos, incluindo a instalação e operação de centro(s) de treinamento para a promoção de atividades educacionais;
- b) a prestação de soluções e serviços de consultoria em tecnologia da informação, suporte técnico de instalação, reparo, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação;
- c) a prestação de serviços para elaboração e implantação de projetos de comunicação e telecomunicação em geral, sistemas e redes de telefonia e infraestrutura e serviços de consultoria relacionados, manutenção, instalação, reparo e prestação de outros serviços relacionados, tais como vistoria, direta ou indiretamente, consultoria, suporte técnico relacionados aos produtos e sistemas acima relacionados ou compreendidos no objeto da Sociedade, bem como a prestação de serviços de comunicações e de telecomunicações em geral;
- d) a prestação de serviços de consultoria;
- e) venda e licenciamento de programas de computador e softwares;
- f) o treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial,
- g) o desenho e o projeto de centros de atividade para produtos e sistemas acima relacionados;
- h) importação, comercialização e locação de equipamentos de proteção individual; e
- i) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou consorciada e representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras.

SEDE E DOMICÍLIO LEGAL

Artigo 3^a. A Sociedade tem sua sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, salas comerciais 81 e 82, Torre 3 do Condomínio Cidade Jardim Corporate Center, Continental Tower, Butantã, CEP 05676-120. A Sociedade poderá abrir, manter e encerrar filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos mediante decisão de sócios representando 3/4 (três quartos) do capital social da Sociedade.

Parágrafo Único. A Sociedade possui as seguintes filiais, com um capital em separado no valor de R\$100,00 (cem Reais) cada uma delas para efeitos fiscais: (i) na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Avenida Mercedes Benz, n° 170, Sala AM-3, Bairro Industrial, CEP 13054-750, com NIRE 35.903.881.275, e com CNPJ/MF sob o n° 10.652.730/0004-73, que conduz a atividade de comércio atacadista; (ii) na Cidade de Hortolândia, Estado de São Paulo, na Rodovia Campinas-Monte-Mor, s/n, Km 12, Campus SCI – Área Motorola, Bairro Terra Preta, CEP 13188-129, com NIRE 35.903.964.618 e inscrita no CNPJ/MF 10.652.730/0005-54, que conduz a atividade de comércio varejista e atacadista, (iii) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Avenida do Contorno, n.º 6.594, 16.º andar, Sala 1.617, no Bairro da Savassi, CEP 30110-044, que conduz as atividades de escritório administrativo, com NIRE 31902615926 e inscrita no CNPJ/MF 10.652.730/0006-35, (iv) na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, lote 45, do desmembramento denominado Centro Comercial e Empresarial Jubran, na Avenida Piraiba, n.º 296, Sala Motorola e Laboratório Motorola, CEP 06460-121, que exercerá as atividades de comércio atacadista”

PRAZO DE DURAÇÃO

Artigo 4^a. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 17 de setembro de 2008.



CAPITAL

Artigo 5^a. O capital social é de R\$95.707.669,00 (noventa e cinco milhões setecentos e sete mil seiscentos e sessenta e nove reais), dividido 95.707.669 (noventa e cinco milhões setecentas e sete mil seiscentas e sessenta e nove) quotas, totalmente integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, distribuídas entre as sócias da seguinte forma:

- (a) **MOTOROLA SOLUTIONS INC.** – 95.707.668 (noventa e cinco milhões setecentas e sete mil seiscentas e sessenta e oito) quotas, no valor nominal total de R\$95.707.668,00 (noventa e cinco milhões setecentos e sete mil seiscentos e sessenta e oito reais); e
- (b) **MOTOROLA SOLUTIONS INTERNATIONAL CAPITAL, LLC** – 1 (uma) quota, no valor nominal de R\$1,00 (um real).

Parágrafo 1º. De acordo com o Artigo 1.052 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor total de suas quotas, sendo solidária com relação à integralização total do capital social.

Parágrafo 2º. Cada quota confere o direito a um voto nas decisões de sócias.

AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

Artigo 6º. As sócias, de acordo com as disposições previstas neste Contrato Social, poderão aumentar o capital social, desde que as quotas já subscritas estejam totalmente integralizadas.

Artigo 7º. O aumento de capital deverá ser deliberado em reunião de sócias, em que: (a) serão definidos os termos e condições do aumento de capital; (b) será fixado o prazo de 30 (trinta) dias



para o exercício do direito de preferência; e (c) será convocada a reunião de sócias para aprovar a correspondente alteração do Contrato Social, a menos que a totalidade de sócias se pronuncie, nesse momento, com relação ao seu direito de preferência para subscrever novas quotas no correspondente aumento de capital. Nesta última hipótese, a alteração do Contrato Social será aprovada no mesmo ato.

Parágrafo Único. As reuniões de sócias mencionadas no *caput* serão dispensadas caso a totalidade de sócias assine a correspondente alteração do Contrato Social.

CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

Artigo 8º. A sócia representando a maioria do capital social poderá ceder, alienar ou, por qualquer outra forma, transferir ou prometer a cessão de parte ou da totalidade de suas quotas do capital da Sociedade sem necessidade de dar conhecimento expresso às demais sócias.

Parágrafo 1º. As sócias representando menos da metade do capital social não poderão ceder, alienar, ou de qualquer outra forma transferir ou promover a cessão de parte ou da totalidade de suas quotas do capital da Sociedade sem antes notificar, por escrito, a sócia majoritária, que terá o prazo de até 90 (noventa) dias úteis, contados da data do recebimento de tal notificação, para exercer o direito de preferência para adquiri-las em igualdade de condições.

Parágrafo 2º. As sócias representando menos da metade do capital social não poderão onerar ou de qualquer forma gravar, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, as quotas de que são titulares, sem anuência prévia e expressa da sócia majoritária.



REUNIÃO DE SÓCIAS

Artigo 9ª. As deliberações das sócias serão tomadas em reunião, obedecendo às regras de convocação e *quorum* dispostas neste capítulo.

Parágrafo Único. A reunião será dispensada quando todas as sócias decidirem, por escrito, sobre a matéria objeto de deliberação.

Artigo 10. As reuniões serão realizadas sempre que conveniente. Sem prejuízo do disposto no Artigo 1.073 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, as reuniões de sócias deverão ser convocadas por sócias representando a maioria do capital social, ou por qualquer Diretor, por escrito.

Parágrafo 1º. A convocação deverá ser feita com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência e especificar o dia e a hora da reunião, a realizar-se na sede da Sociedade, bem como a ordem do dia, só sobre ela se podendo deliberar, a menos que todas as sócias presentes na reunião acordem diferentemente.

Parágrafo 2º. Das reuniões serão lavradas atas e as deliberações deverão ser aprovadas por maioria absoluta de votos, salvo se de outra forma disposto neste Contrato Social ou em Lei. Para que as reuniões possam se instalar em primeira convocação e validamente, é necessária a presença de sócias que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital social.

Parágrafo 3º. Ressalvado o disposto no Parágrafo 6º abaixo, a inobservância das formalidades relativas à convocação prévia para as reuniões de sócias, nos termos e condições fixados neste artigo, implicará na nulidade das deliberações então tomadas, não surtindo, portanto, qualquer efeito.



Parágrafo 4º. Qualquer sócia poderá ser representada por procurador, sendo então considerada presente à reunião. Da mesma forma, serão consideradas presentes as sócias que derem seu voto por fax, telegrama ou qualquer outra forma escrita.

Parágrafo 5º. As reuniões serão presididas por pessoa que for escolhida pela maioria dos votos dos presentes, a qual indicará o secretário.

Parágrafo 6º. As convocações para as reuniões de sócias poderão ser dispensadas se estiverem presentes sócias representando a totalidade do capital da Sociedade.

Artigo 11. As matérias a seguir relacionadas somente poderão ser implementadas pela Sociedade se aprovadas por sócia(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, por si ou através de procuradores investidos de poderes especiais:

- (a) alteração do Contrato Social da Sociedade;
- (b) aumento do capital da Sociedade e deliberação sobre sua forma de integralização, incluindo a conversão em capital de créditos ou direitos oponíveis à Sociedade;
- (c) participação da Sociedade em outras sociedades ou empreendimentos, inclusive a aquisição do controle acionário/societário de qualquer sociedade;
- (d) destinação dos lucros, inclusive a declaração e o valor dos lucros a serem pagos;
- (e) indicação e/ou destituição dos auditores independentes da Sociedade;
- (f) incorporação, cisão ou fusão da Sociedade em outra empresa ou sua transformação;
- (g) outorga de fianças, avais e/ou quaisquer garantias em favor de terceiros ou sócios, direta ou indiretamente considerados; e
- (h) a dissolução ou liquidação da Sociedade, a nomeação do liquidante da mesma, a cessação do estado de liquidação, bem como confissão de falência ou requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial.



ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12. A administração da Sociedade deverá ser composta por um ou mais indivíduos, não sócios, cada um deles designados individualmente "Diretor", residentes e domiciliados no País, eleitos pelas sócias, observado o disposto no Parágrafo 2º abaixo.

Parágrafo 1º. Os Diretores serão havidos como empossados na data de sua escolha e permanecerão nos seus cargos até a posse de seus sucessores, salvo se nomeados através de instrumento em separado, hipótese em que serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no livro próprio. O mandato dos diretores será fixado no instrumento ou alteração do Contrato Social em que forem nomeados.

Parágrafo 2º. Os Diretores serão designados pelas sócias representando no mínimo 2/3 (dois terços) do capital social, salvo se as quotas representativas deste não estiverem totalmente integralizadas, hipótese em que a designação dos Diretores será realizada mediante aprovação unânime de sócias.

Parágrafo 3º. A remuneração dos diretores da Sociedade será estabelecida por sócias representando a maioria do capital social.

Artigo 13. Os Diretores gozarão de plenos poderes para administrar a Sociedade e praticar todos os atos necessários ou convenientes a esse fim, para tanto dispondo, dentre outros poderes, dos necessários para:

- (a) zelar pela observância da lei e deste Contrato Social e pelo cumprimento das deliberações tomadas nas reuniões de sócias;
- (b) administrar, gerir e superintender os negócios sociais, podendo comprar, vender, permutar, onerar ou por qualquer forma adquirir bens móveis da ou para a Sociedade, determinando os respectivos preços, termos e condições; e



(c) expedir regimentos internos, regulamentos e outras normas da mesma natureza no tocante à administração da Sociedade.

Parágrafo Único. A representação da Sociedade, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais, compete a qualquer Diretor.

Artigo 14. Todos os atos e documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da Sociedade, tais como escrituras de qualquer natureza, cheques, notas promissórias, letras de câmbio, ordens de pagamento, títulos em geral, contratos, inclusive os de empréstimo e outros documentos não especificados, serão obrigatoriamente assinados por:

- a) qualquer Diretor, agindo isoladamente; ou
- b) um procurador, desde que investido de poderes especiais.

Artigo 15. As procurações outorgadas em nome da Sociedade deverão sempre especificar os poderes conferidos e, salvo aquelas para fins judiciais e administrativos, terão período de validade não superior a 1 (um) ano, contado da data da outorga, inclusive.

Artigo 16. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Sociedade, os atos de quaisquer das sócias, Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, tais como fiança(s), aval(ais), endosso(s) ou qualquer (quaisquer) outra(s) garantia(s) em favor de terceiros.

Artigo 17. As sócias, neste ato, nomeiam, para o cargo de Diretor da Sociedade, o Sr. Elton Borgonovo, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.915.044 SSP/SC, inscrito no CPF/MF sob n.º 020.529.129-59, residente e domiciliado na Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com escritório na Avenida Magalhães de Castro, 4.800, salas



comerciais 81 e 82 (8.º Andar), Torre 3 do Condomínio Cidade Jardim Corporate Center, Continental Tower, Butantã, CEP 05676-120 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

EXERCÍCIO SOCIAL

E BALANÇO

Artigo 18. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício e correspondente ao mesmo, serão levantados um balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras exigidas por Lei.

Artigo 19. O lucro líquido anualmente obtido terá a aplicação que lhe for determinada pela(s) sócia(s) representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital da Sociedade. Nenhuma das sócias terá direito a qualquer parcela dos lucros, até que seja adotada deliberação expressa sobre sua aplicação.

DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E CONTINUAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 20. Em caso de liquidação ou dissolução da Sociedade, os haveres da Sociedade serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver, rateado entre as sócias na proporção do número de quotas que cada uma possuir no capital da Sociedade.

Parágrafo Único. Durante a fase de liquidação, o liquidante poderá gravar de ônus reais os bens móveis e imóveis, contrair empréstimos e prosseguir nos negócios da Sociedade.

Artigo 21. Na hipótese de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, insolvência, liquidação, retirada ou exclusão de qualquer sócia, as demais sócias terão o direito de preferência na aquisição das quotas da sócia falida, em recuperação judicial ou extrajudicial, dissolvida,



insolvente, liquidada, retirante ou excluída, podendo a Sociedade continuar seus negócios, sendo que o direito de preferência será exercido nos termos e nas condições previstas no Artigo 8º acima.

EXCLUSÃO DE SÓCIA POR JUSTA CAUSA

Artigo 22. Será considerada justa causa para exclusão a prática, por qualquer sócia, de atos de inegável gravidade que ponham em risco a continuidade da Sociedade.

Parágrafo 1º. Além do disposto acima, poderá ser considerada justa causa a ocorrência dos seguintes fatos:

- (i) quebra do *affectio societatis*, deliberada por sócias representando no mínimo 3/4 (três quartos) do capital social; e
- (ii) concorrência, direta ou indireta, tanto como proprietária, acionista, sócia, investidora, parceira, licenciada, financiadora, operadora, consultora, empregada, ou de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Sociedade, sociedades do mesmo grupo econômico, controladoras ou controladas diretas ou indiretas da Sociedade.

Parágrafo 2º. A exclusão de sócia por justa causa deverá ser deliberada por sócias representando ao menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, em reunião especialmente convocada para esse fim, estando a sócia sujeita a exclusão ciente, em tempo hábil, para que possa comparecer e, querendo, apresentar sua defesa.



MOTOROLA SOLUTIONS

Parágrafo 3º. O reembolso da sócia excluída será feito pelo valor patrimonial de suas quotas, apurado em balanço patrimonial especialmente levantado para esse fim, devendo ser pago em até 90 (noventa) dias a partir da liquidação de suas quotas.

LEI APLICÁVEL

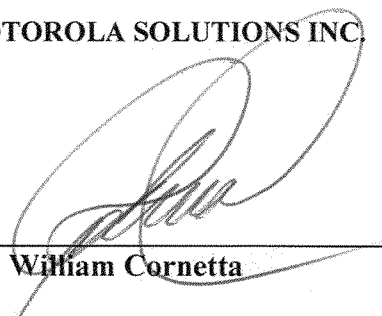
Artigo 23. A Sociedade será regida pelas disposições da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, aplicáveis às sociedades limitadas e, supletivamente, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.

FORO

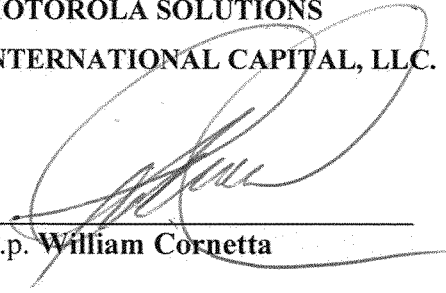
Artigo 24. Para todas as questões oriundas deste Contrato Social fica desde já eleito o foro da Comarca de São Paulo Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja”.

São Paulo, 20 de dezembro de 2018.

MOTOROLA SOLUTIONS INC.


p.p. 
William Cornetta

MOTOROLA SOLUTIONS
INTERNATIONAL CAPITAL, LLC.


p.p. 
William Cornetta

Testemunhas:

1.)

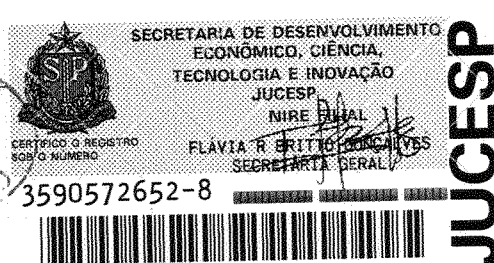
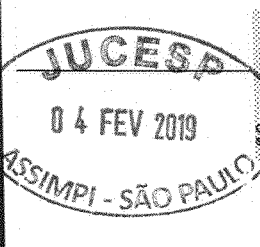

Nome: Thiago S. de Almeida
RG: 43.744.289-5 SSP/SP
CPF: 422.503.198-55

2.)


Nome: Erika S. Oliveira
RG: 50.782.921-9 SSP/SP
CPF: 409.431.708-26



JUCESP



JUCESP